

Plano Educacional Individualizado (PEI) na Escola do Campo: Estratégias de Apoio e Inclusão para Alunos com TDAH e Transtorno de Ansiedade e a BNCC

Círculo de Saber: Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva na Educação do Campo

[1]SMOLARECK, Rodrigo Dalosto

[2]ALMEIDA, Lilian Christiane Silveira de,

[3]CORRÊA. Gleidson Amaro Pereira,
[4]ROLAND, Romário Dias,

Palavras-chave: PEI, Inclusão, TDAH

Introdução

Os Planos Educacionais Individualizados (PEIs) são ferramentas essenciais para o suporte pedagógico de alunos com necessidades educacionais específicas, desde a educação infantil ao ensino médio. Este documento apresenta um PEI focado em um aluno diagnosticado com Transtorno de Ansiedade (CID-11 6B00) e Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) com predominância de Desatenção (CID-11 6A05) de uma escola do campo do município de Alegrete, rio Grande do Sul. O PEI visa oferecer um suporte pedagógico adaptado, contando com o apoio do Serviço de Atendimento Educacional Especializado (SAEE) e acompanhamento médico periódico. As metas do PEI são descritas como ações pedagógicas, com verbos

[1] Doutor em Educação, Especialista em Educação Especial da Rede Alegrete, rodrigo.dialogos@gmail.com

[2] Mestre Educação, Coordenação Pedagógica da Rede de Alegrete, lilianchrisdalmeida@gmail.com

[3] Mestre Educação, Professor da Rede al de Alegrete, amaro1973correa@gmail.com
[4] Especialista em Orientação Educacional , Orientador Educacional da Rede de Alegrete, rdr.rlnd@gmail.com



no infinitivo, para orientar o trabalho dos professores em sala de aula, sendo desenvolvidas e organizadas semanalmente, quinzenalmente ou em outros formatos. A vigência do PEI é para todo o ano letivo corrente, com avaliação semestral.

Estratégias Pedagógicas e Metas de Desenvolvimento no PEI

O trato desta proposta de construção teórico-metodológica revela uma gama de alinhamentos pedagógicos aprofundando, em âmbito epistemológico, o processo de discussão acerca das mudanças que devem ser implementadas na escola para que se possa, de fato e de direito, oferecer ações articuladas, de caráter transversal, implementar e complementar como preconiza a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, PNEEI, 2008), buscando inclusive, pela experiência etnográfica junto ao universo destas três escolas cujo projeto institucional aconteceu e acontece, atualmente em apenas uma destas, uma abordagem sistêmica que possa abarcar também aqueles com dificuldades, transtornos ou distúrbio de aprendizagem, de caráter transitório ou não, encontrados em face aos nichos de atuação (BRASIL,BNCC, 2018).

Conforme Cavalcante (2019), dificuldade de aprendizagem é um termo mais abrangente voltado ao sujeito que aprende os conteúdos pedagógicos, ao professor, aos métodos de ensino e aos ambientes físico e social da escola, por transtornos de aprendizagem compreende-se, ainda pelo prisma do mesmo autor, um conjunto de sinais sintomatológicos que provocam uma série de perturbações no aprender de sujeitos, interferindo no processo de aquisição e manutenção de informações de uma forma acentuada. Avançando por esta via, no que se refere aos distúrbios de aprendizagem entende-se que questões intrínsecas do aluno, como questões neurológicas, (FONTES, 2009).

Na perspectiva de uma abordagem inclusiva com ênfase em evidências de protagonismo e igualdade de oportunidades do fenômeno educativo, é oportuno se entenda a necessidade de uma postura didático-pedagógica alicerçada pelo acolhimento, que evoque a legitimidade humana celebrando às



diferenças que atravessam os sujeitos, identificando-os como impregnados de trilhas históricas que não podem ser sonegadas.

Por esse meandro assumir um currículo inclusivo é garantir que a escola enquanto espaço de ensino e de aprendizagem permita efetivamente o trajeto, em regime de condições, aos estudantes dentro de uma dimensão de adaptação e flexibilização dos métodos e processos pelos quais acontecem a dinamização dos conteúdos de aprendizagens entendida a implicação consagrada das singularidades dos sujeitos (RABELO, 2012). A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, PNEEI, 2008) institui a ideia de reconhecer os avanços do conhecimento e das lutas sociais, constituindo marco legal no âmbito das políticas públicas para a promoção de uma educação de qualidade para todos os estudantes.

Esse movimento passa a desencadear discussões no campo da Educação Especial Inclusiva, no que se refere a efetividade do Serviço de Atendimento Educacional Especializado a busca, via rigor metodológico, em compreender, dinamizar, acompanhar e garantir ações educativas que contemplem as diretrizes de uma escola inclusiva (BRASIL, LBI, 2015), que buscamos através de uma abordagem voltada ao desenho universal da equidade efetivar o protagonismo do propósito de ações afirmativas a ética do cuidado.

O PEI se baseia em estratégias pedagógicas adaptadas para alunos com TDAH e Transtorno de Ansiedade na escola do campo Francisco Mafaldo, com metas divididas por áreas de desenvolvimento e disciplinas, como Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Áreas Transversais e Socioemocionais.

As principais estratégias utilizadas incluem:

Organização do ambiente de aprendizagem: Minimização de distrações visuais e sonoras, posicionamento estratégico do aluno (próximo ao professor, longe de janelas/portas) e clareza na disposição dos materiais.



Estruturação das tarefas e do tempo: Fornecimento de instruções claras, concisas e visuais; divisão de tarefas complexas em etapas menores; e uso de cronômetros visuais ou alarmes.

Novidade e interatividade: Variação de metodologias de ensino (exposição oral, atividades práticas, multimídia, jogos); permissão de movimentação em sala; e introdução de pausas estratégicas.

Feedback constante e positivo: Elogio específico e imediato do esforço, progresso e conquistas.

Colaboração com a família e outros profissionais: Manutenção de comunicação aberta com os pais e trabalho conjunto com o SAEE, psicólogos e neurologistas.

Avaliação flexível e adaptada: Concessão de tempo extra, divisão de avaliações em partes menores e utilização de diferentes formatos de apresentação de conteúdo.

As metas específicas por área de conhecimento incluem:

Língua Portuguesa: Identificar ideias principais, compreender sentido de palavras, produzir e revisar textos, participar de discussões, ampliar vocabulário, interpretar textos em etapas com apoio visual, acompanhar leituras coletivas e elaborar textos com roteiros.

Arte: Explorar linguagens artísticas, produzir trabalhos, apreciar a produção alheia, expressar emoções, participar de atividades com movimento, concentrar-se em atividades manuais com apoio individualizado e utilizar a arte para lidar com a ansiedade.

Educação Física: Participar de jogos cooperativos, desenvolver habilidades motoras, compreender a importância da atividade física, respeitar diferenças, experimentar modalidades esportivas sem foco em competição, realizar atividades em ambientes com menos estímulos para diminuir a ansiedade, aprender a lidar com a frustração e desenvolver consciência corporal.



Língua Estrangeira: Compreender e produzir frases básicas, participar de interações simples, identificar palavras em diferentes contextos, ampliar vocabulário, utilizar recursos visuais e auditivos, realizar atividades de associação e construir frases com modelos.

Matemática: Resolver problemas com as quatro operações, identificar e utilizar diferentes representações numéricas, compreender e aplicar conceitos de geometria, analisar e interpretar dados em gráficos/tabelas, desenvolver raciocínio lógico-matemático, decompor problemas complexos, utilizar materiais manipuláveis, receber tempo adicional, revisar conceitos individualmente e participar de atividades em grupo.

Ciências: Compreender fenômenos naturais, identificar características de seres vivos e ecossistemas, analisar a importância da preservação ambiental, realizar experimentos, organizar informações em mapas mentais, utilizar recursos visuais/vídeos, participar de atividades práticas, discutir temas científicos e apresentar trabalhos em formatos alternativos.

Geografia: Localizar elementos geográficos, analisar relações sociedade-natureza, compreender processos de urbanização/ruralização, interpretar mapas/gráficos/tabelas, desenvolver noção de escala, utilizar mapas/globos, apresentar informações de forma visual e discutir questões socioambientais.

História: Compreender processos históricos, identificar características de sociedades/culturas, analisar relações passado-presente-futuro, interpretar documentos históricos, desenvolver senso crítico, utilizar linhas do tempo, narrar eventos e relacionar fatos históricos com o contexto atual.

Áreas Transversais e Socioemocionais: Desenvolver estratégias para gerenciar a ansiedade, utilizar técnicas de relaxamento, buscar apoio quando sobrecarregado, organizar material escolar, planejar tarefas em etapas, manter o foco por períodos maiores, participar de atividades em grupo, expressar necessidades e reconhecer suas conquistas.

Conclusão



O Plano Educacional Individualizado, em consonância com as competências da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) na escola do campo Francisco Mafaldo, busca fornecer suporte completo para o desenvolvimento do aluno. A colaboração entre professores, o SAEE e a família são fundamental para o sucesso do educando. A prática docente com alunos com Déficit de Atenção requer uma abordagem flexível, empática e estratégica, priorizando a organização, interatividade, feedback positivo e colaboração para criar um ambiente de aprendizagem inclusivo e eficaz. O objetivo final é garantir o acesso ao conteúdo curricular e desenvolver habilidades de autogestão, confiança e um vínculo efetivo com a escola.

Referências Bibliográficas

BRASIL. ***Base Nacional Comum Curricular (BNCC): educação é a base.*** Brasília, DF: MEC/CONSED/UNDIME, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf .

_____. Presidência da República. ***Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência*** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Presidência da República, 2015a.

_____. ***Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.*** Documento elaborado pelo grupo de trabalho nomeado pela portaria n° 55/2007, prorrogado pela portaria n° 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008. Brasília, 2008.

CAVALCANTE, M. ***Contexto histórico da construção da Educação Inclusiva no Brasil.*** 2011. Disponível em: www.inclusaoja.com.br. Acesso em 8 de março de 2019.

FONTES, R. S. ***Ensino colaborativo: uma proposta de educação inclusiva.*** Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2009.



RABELO, L. C. C. ***Ensino colaborativo como estratégia de formação continuada de professores para favorecer a inclusão escolar.*** 2012. 200 f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) — Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.